Opinião do GLOBO

Mudança do ensino médio depende só de aval do Senado

Câmara enfim destravou projeto. Senadores têm de correr para reforma de 2017 entrar em vigor em 2025

A Câmara aprovou enfim o Projeto de Lei que define mudanças na reforma do ensino médio. É um avanço fundamental na agenda da educação. Enviamos ao Congresso no fim do ano passado, o projeto estava empacado devido a um impasse entre o MEC e o relator, deputado Mendonça Filho (União-PE). O principal entrave dizia respeito à carga horária destinada à formação comum a todos os estudantes. Felizmente, governo e parlamentares chegaram a um acordo para não atrasar ainda mais a implantação da reforma aprovada em 2017, cujo cronograma estava suspenso desde abril de 2023. O Senado deveria aprovar logo o projeto para que as mudanças entrem em vigor em 2025.

As negociações entre o relator e o ministro da Educação, Camilo Santana, foram tensas. O importante é que o texto aprovado mantém o espírito e os objetivos da reforma: ampliar a carga horária, valorizar o ensino profissional e tornar o currículo mais flexível. O estudante terá mais liberdade para se aprofundar em áreas de seu interesse e adquirir formação que permita um encaixe adequado no mercado de trabalho. O projeto acerta também ao estabelecer que as diretrizes curriculares dos itinerários formativos (parte flexível do currículo) serão definidas pelo MEC. A falta de parâmetros nacionais era um dos problemas da reforma, resultando numa profusão de propostas de cursos desconectadas da realidade.

Sempre haverá quem aponte problemas na nova versão do projeto. Mas já se perdeu tempo demais com discussões que não levam a lugar algum, favorecendo os grupos sindicais que defendem a revogação da reforma para deixar tudo como está, em detrimento dos alunos. A educação brasileira vai mal, como atesta o desempenho pífio dos estudantes em exames nacionais e internacionais. O ensino médio é um dos gargalos. Os cursos, distantes demais do mercado de trabalho, não são atrativos. É preciso mudar, e rápido, porque o Brasil ficou para trás. Por isso o Senado precisa correr para aprovar logo o texto da Câmara.

Ainda que não seja o texto ideal, ele corrigiu falhas do projeto original, facilitando a implementação das mudanças aprovadas no governo Michel Temer e afastando o temor de que sejam revogadas. Um de seus méritos é aumentar a carga horária da formação básica (que inclui disciplinas como português, matemática, física, química, biologia etc.). Originalmente, estavam previstas no máximo 1.800 horas do total de 3 mil horas. Pela versão aprovada, para os cursos regulares serão no mínimo 2.400 horas, como queria o MEC (o relator defendia 2.100 horas). O restante será dedicado à parte flexível do currículo.

No ensino técnico, o acordo entre governo e oposição prevê carga horária de 2.100 horas para a formação básica, mas será possível usar 300 horas de forma articulada com o ensino técnico. A distinção é necessária para atender cursos profissionalizantes de saúde e tecnologia, que demandam até 1.200 horas de formação. Nesses casos, a carga das disciplinas obrigatórias cairia para as 1.800 horas, como na versão original. Apesar de haver quem critique a distinção, ela foi o consenso possível entre as necessidades e os desejos. O impasse não favorecia ninguém. Espera-se que o Senado aprove o texto ainda neste semestre. Ainda assim, já terão passado dois longos anos para implementar uma reforma fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

Decisão do STJ no caso Robinho evita que Brasil seja refúgio para criminosos

Ao decidir que ex-jogador deve cumprir sentença italiana, Corte coíbe violência contra mulher

A cada oito minutos há um estupro no Brasil. Os dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que em 2022 foram registrados 65.569 casos contra mulheres e vulneráveis. O número tem variado ao longo dos anos, mas com tendência nítida de alta. No período entre 2017 e 2022, os estupros subiram 29,5%. Como a subnotificação é frequente, a realidade é provavelmente ainda pior.

Há uma série de medidas necessárias para reduzir a violência sexual contra a mulher, da melhor iluminação das vias públicas à educação. Uma tarefa, porém, se sobressai. É indispensável investigar acusados, abrir processos judiciais e, quando eles forem condenados, garantir o cumprimento rigoroso das penas.

É por isso correta a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinando que o ex-jogador de futebol Robinho cumpra no Brasil pena pelo crime de estupro cometido na Itália. Os investigadores italianos reuniram provas de que ele e outros cinco brasileiros praticaram violência sexual em grupo contra uma mulher de origem albanesa numa boate de Milão em 2013. A primeira condenação ocorreu em 2017. Os advogados de defesa recorreram e perderam mais uma vez em 2022.

Condenado a nove anos na Itália, Robinho estava em liberdade no Brasil. As autoridades italianas pediram a extradição, mas as leis brasileiras não a permitem para brasileiros natos. Diante disso, a Itália solicitou que a pena fosse cumprida no Brasil. Essa era a questão posta diante dos ministros do STJ. Não estava em debate se Robinho é culpado. Quanto a isso, não há mais dúvida. Ele já foi condenado em segunda instância, com amplo direito de defesa. Ao determinar o cumprimento da pena, os ministros do STJ impedem que o Brasil se torne um refúgio para condenados noutros países por crimes sexuais.

Robinho foi preso ontem em Santos. A defesa recorreu, mas o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou liminarmente o recurso. Com isso, a última instância da Justiça brasileira reforça o precedente e dá uma enorme contribuição ao combate à violência sexual. Julgamentos envolvendo figuras públicas devem receber atenção especial, pelo poder de influenciar não apenas a população, mas também o comportamento de outras instâncias do Judiciário. O meio do futebol, conhecido pelo machismo contumaz e pela leniência diante dos crimes contra a mulher, oferece oportunidade ímpar para estabelecer um caso exemplar.

Ao confirmar a decisão do STJ, o Supremo demarca uma distinção fundamental com a Justiça espanhola, que concedeu, mediante fiança de € 1 milhão, liberdade provisória ao jogador Daniel Alves, condenado a quatro anos e meio por um estupro em Barcelona. Pela gravidade do crime, ele deveria aguardar a sentença definitiva atrás das grades. Infelizmente, os juízes espanhóis não tiveram a mesma clareza e determinação da Justiça brasileira.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

Governo derrapa em decifrar eleitor-esfinge

Lula começou a semana cobrando que seus ministros entreguem e falem mais, admitindo que o governo está perdendo a batalha da comunicação, sobretudo no ambiente digital, mas ontem resolveu se lembrar de um antigo culpado de sempre quando qualquer governante enfrenta problemas de popularidade: a imprensa.

Se alguma crítica pode ser feita ao jornalismo na gestão Lula 3 é a oposta: os arroubos golpistas de Jair Bolsonaro, os ataques sistemáticos do ex-presidente e de seus apoiadores à imprensa, à ciência, à cultura, ao meio ambiente e aos direitos humanos, entre outros, talvez tenham feito a cobrança aos novos ocupantes do poder demorar mais e adotar um tom bem mais ameno que em governos anteriores, de diversos partidos, inclusive do próprio PT.

Para além de ironizar a "gloriosa imprensa democrática", portanto, caberia ao presidente entender o que os números das pesquisas mostram. Só a comunicação ineficaz não parece dar conta de explicar por que aqueles que aprovam e os que repelem o governo Lula são em praticamente igual número, uma vez que a economia — que costuma ser o principal vetor de humor da população — vai bem como há anos não ia.

Sem desatar esse nó, não adiantará o presidente viajar o país, anunciar obras e colocar os ministros para dar entrevistas a torto e a direito. A percepção a respeito do governo parece sofrer de uma desconfiança geral a respeito de qual o projeto de Lula para o país.

Isso porque um contingente não desprezível de eleitores que nunca votaram no PT — ou que votaram no passado, mas tinham rompido com Lula e o partido em razão de denúncias de corrupção ou do desastre econômico de Dilma Rousseff — optou por Lula em 2022 para evitar a reeleição de Bolsonaro.

A percepção a respeito do governo parece sofrer de uma desconfiança geral a respeito de qual o projeto de Lula para o país

É nesse grupo que o presidente perde popularidade. Trata-se de um eleitor-pêndulo, que fez o L há dois anos, mas não hesitará se aparecer um nome de centro-direita que não seja Bolsonaro em 2026. Parte desse grupo, das regiões Sul e Sudeste e das classes sociais mais elevadas, é sensível a temas como a defesa da Venezuela, de gastos públicos a granel (associada ao convite à corrupção e ao desajuste fiscal) e de intervenção em empresas públicas, como a Petrobras, ou privadas, como a Vale.

Mas há outros estratos da população que parecem se dissociar de Lula. A queda em sua avaliação junto aos evangélicos, aos mais pobres e até no Nordeste, onde foi amplamente vencedor, parece estar mais ligada a fatores como a segurança pública, enigma que o governo e o PT parecem longe de decifrar, e outros temas que afetam o dia a dia, como a alta no preço dos alimentos e a epidemia de dengue.

Para solucionar esses problemas, a máquina do governo tem de estar azeitada. Reuniões como a de segunda-feira, se feitas sistematicamente e com estabelecimento de metas claras, ajudam nisso.

Mas a superação do mau momento da avaliação de Lula, justamente quando Bolsonaro vive sua descida ao inferno judicial, dependeria de uma opção de fundo do presidente: ele ainda pretende fazer um governo de frente ampla, que o coloque como opção mais viável para um eleitorado que não é petista e não morre de amores por Nicolás Maduro?

Nesse grupo cabem tanto os que precisam que o governo melhore sua vida, em vez de ser um entrave (e aqui entram economia, saúde, educação e segurança), quanto os que veem a defesa da democracia como fator inegociável — e que se sentem feitos de palhaços quando o Itamaraty ou o PT louvam o "processo democrático" da enésima eleição de Vladimir Putin na Rússia, para ficar na contradição mais recente.

Dar um rolê nas asas da FAB e aumentar o número de entrevistas não resolve essas idiossincrasias, porque elas derivam da visão de mundo que Lula sempre teve e das demandas de um eleitorado-esfinge, que, se não for decifrado a tempo por ele e por seus ministros, poderá devorá-lo lá na frente.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da, Fábio Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@ogl oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Bathe - bathe@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Bathe - bathe@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Vera Cacuso - veracuso@oglobo.com.br
Bairros: Wilter Catrion Filho - wilterc@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@ogl oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
Cariocas RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 7,00 (RJ, MG e ES: R$ 10,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em capitais para entrega de muito ou nenhuma da assinatura. Recomendamos qualquer contato a respeito desses temas. Fora de O GLOBO não são parte de venda, assinaturas para venda avulsa@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5202

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e funerais: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale pelo Cartão FSC
CARBON FREE